

As Relações URSS - Terceiro Mundo *

Talvez mais do que qualquer outro, o texto aqui reproduzido está claramente datado (meados dos anos 1980), pelo que a sua leitura terá um interesse predominantemente histórico. Também ele foi publicado na revista *Terra solidária*, do CIDAC.

O seu interesse histórico será porventura o de constituir uma amostra de como, há vinte anos, era visto o problema das relações entre a União Soviética e o conjunto dos países dos Continentes do Sul. A tentativa então feita visava uma análise factual, ensaiando uma observação não condicionada pelas opções ideológicas. Ou melhor: se alguma colocação ideológica existia era a do não-alinhamento.

Uma tal postura não alinhada era própria de uma larga faixa da esquerda política, que era fortemente crítica tanto do sistema capitalista ocidental como do sistema burocrático soviético (ao qual se atribuía a marca de “capitalismo de Estado” e se dava a designação pejorativa de “socialismo real”). O não-alinhamento procurava justamente situar-se fora da lógica da confrontação dos blocos, da sua escalada armamentista, do seu domínio bipolar sobre o resto do mundo.

O CIDAC fazia questão de afirmar a sua colocação não alinhada, não só nas posições de princípio, como também nas escolhas práticas. Esse critério levou-o, por exemplo, a apoiar intensamente a luta de libertação da Eritreia conduzida pela FPLE contra o regime pró-soviético da Etiópia, bem como a luta da FRETILIN, numa altura em que o movimento timorense era condenado pelo Partido Comunista Português dadas as suas alegadas simpatias pró-chinesas.

Pode esperar-se que o não-alinhamento tenha propiciado, neste caso, uma maior dose de objectividade no tratamento do assunto.

Eis um tema de difícil abordagem. O carácter evolutivo destas relações impede um tratamento linear. Preconceitos ideológicos de diversas origens dificultam a análise isenta. A disparidade entre discursos oficiais e prática efectiva complica a leitura da realidade. A ausência de dados públicos relativos a certos indicadores (designadamente nos domínios económico e militar), deixa-nos à mercê de fontes nem sempre insuspeitas. Mesmo assim, a importância do tema obriga-nos a abordá-lo num primeiro ensaio de análise, sem prejuízo de posteriores aprofundamentos, eventualmente polémicos, nas páginas de *Terra Solidária*.

Debates em aberto e mitos a desfazer

Não vamos entrar aqui no debate, aliás fundamental para a esquerda, acerca da natureza do Estado soviético e do seu relacionamento exterior, nem dissecar as características que por muitos lhe são atribuídas de imperialismo, hegemonismo

* Publicado em *Terra solidária – Revista de questões internacionais*, n.os 2 (Julho-Agosto) e 3 (Setembro-Outubro) 1986.

ou expansionismo. Também não vamos alinhar com as teses simplistas sobre a política soviética de paz e cooperação, como se o seu papel na corrida aos armamentos fosse meramente defensivo ou como se a sua solidariedade com os povos equivalesse a uma “ajuda desinteressada”...

Sobre a expressão “Terceiro Mundo”

Usada por mera comodidade, a expressão “Terceiro Mundo” está longe de ser rigorosa e engloba uma realidade profundamente heterogênea. Designando a generalidade dos países da Ásia, África e América Latina outrora dominados pelos impérios coloniais europeus, no “Terceiro Mundo” encontram-se hoje lado a lado os ricos países produtores de petróleo e os chamados “Novos Países Industrializados” - desde o Brasil à Coreia do Sul - bem como os PMA, “Países Menos Avançados”, os mais pobres do mundo.

Do ponto de vista soviético também existem graduações quanto à natureza e ao relacionamento com Estados do Terceiro Mundo.

No conjunto dos países afro-asiáticos e latino-americanos (exceptuando o caso da China, em conflito aberto com a URSS desde o início dos anos 60), existem cinco Estados que pertencem ao “campo socialista”, com um sistema de economia centralmente planificada: Mongólia, Coreia do Norte, Cuba, Vietname e Laos. Três deles integram o COMECON (ou CAME - Conselho de Assistência Mútua Económica - criado em 1949 entre a URSS e os 6 países da Europa do Leste): a Mongólia desde 1960, Cuba desde 1972 e o Vietname desde 1978.

Os soviéticos distinguem em segundo lugar a série de países presididos por partidos que se reclamam do marxismo-leninismo e que, mantendo-se subdesenvolvidos, adoptaram uma orientação socialista: Afeganistão, Iémen do Sul, Etiópia, Angola, Moçambique, Congo, Benin...

Finalmente, e em contraposição aos regimes claramente aliados ao Ocidente, existem os Estados de orientação “progressista”, ou “não-alinhada”, ou “anti-imperialista”, com os quais a URSS mantém relações ora de sólida aliança (caso típico da Síria) ora de intensas trocas económicas (como acontece com a Índia).

Mas impõe-se desfazer o mito, alimentado por muita propaganda ocidental sobre a omnipresença soviética e o seu projecto de revolução mundial, que a levaria a exportar a subversão e a instrumentalizar todas as lutas populares. Factos são factos e não se pode esquecer, por exemplo, que importantes revoluções na América Latina, desde Cuba à Nicarágua, foram feitas com marginalização ou mesmo hostilidade dos partidos comunistas locais, da mesma maneira que o MPLA de Agostinho Neto conduziu a luta de libertação em Angola no meio de difíceis relações com a URSS e com o apoio privilegiado da Jugoslávia.

Casos como estes levam-nos a interpretar os acontecimentos com extrema prudência, de modo a não generalizar abusivamente certas conclusões. Sobretudo temos de ser cautelosos em discernir o que corresponde a intenções deliberadas, em cumprimento de planos estabelecidos, e o que acontece como fruto de pressões circunstanciais, ao sabor das vicissitudes da história.

Do isolamento à expansão

Feitas estas ressalvas, convém recordar que a URSS passou por um primeiro e longo período de isolamento face ao exterior, portanto também em relação ao Terceiro Mundo. Foi a era do estalinismo dedicada à construção do “socialismo num só país” (em contraste com a revolução permanente de Trotsky) e, no pós-guerra, consagrada à formação do bloco. Esse bloco hegemónico pela União

Soviética tinha características que lhe permitiam o isolamento: grande massa continental euro-asiática, dotada de profundidade estratégica e em perfeita continuidade geográfica (desde a Europa central até ao Pacífico), reforçada pela vitória da revolução chinesa em 1949.

Este vasto espaço continental tinha ainda a particularidade de possuir (ao contrário da Europa Ocidental) uma quase total autonomia em matérias-primas e recursos energéticos. Neste período, as forças armadas soviéticas consistiam essencialmente num pesado exército terrestre, de natureza defensiva, aparentemente limitado a duas funções que eram a segurança territorial e a ordem no interior do bloco.

Se era este o quadro, não admira o isolamento. Mas em 1953 morre Estaline e é conhecida a posterior evolução da URSS, pressionada por razões políticas e económicas a abrir-se ao exterior. Em 1956, Krouchtchev lança a desestalinização no XX Congresso do PCUS. Uma nova era começa. Tanto mais que, coincidindo com esta evolução interna, um ano antes a cidade indonésia de Bandung acolhia a célebre Conferência afro-asiática que ficaria como marco decisivo na consciência dos povos do Terceiro Mundo.

Os primeiros passos do relacionamento soviético dirigem-se para a Ásia. Visitas de alto nível, missões especiais e propostas de assistência técnica e financeira sucedem-se nesse continente, desde o Paquistão até à Indonésia, passando pela Índia e pela Birmânia. Seguindo a inspiração de Moscovo, em muitos destes países formam-se Comitês de Solidariedade Asiática, à maneira dos Comitês da Paz que já então proliferavam.

Mas foi a crise do Médio Oriente, com relevo para o papel do Egipto, que veio dar à URSS a grande ocasião para alargar a sua influência ao poderoso movimento de libertação afro-asiático. A revolução nacionalista de Nasser gerava crescentes contradições com os interesses ocidentais, designadamente desde 27 de Abril de 1955 (apenas 3 dias depois de Bandung) quando é assinado um acordo comercial URSS-Egipto, seguido do primeiro fornecimento de armas checoslovacas a Nasser. Em 19 de Julho de 1956, Londres e Washington informam o Cairo da sua recusa em financiarem a barragem de Assuão, peça fundamental dos planos egípcios de desenvolvimento. Dois dias mais tarde, Moscovo faz saber que está disponível para qualquer auxílio sem contrapartida. A 26 de Julho, Nasser nacionaliza o Canal de Suez.

O estreitamento das relações URSS-Egipto (financiamento de Assuão, incremento das trocas comerciais, ajuda militar) cria condições para que, nos últimos dias de 1957, tenha lugar no Cairo uma importante Conferência afro-asiática de âmbito não governamental com a presença de representações de 44 povos, Conferência esta que esteve na génese da OSPAA – Organização de Solidariedade com os Povos da África e da Ásia – onde domina a influência soviética.

Explorando o carácter anti-ocidental do nacionalismo nos continentes do Sul, o prestígio da URSS alastra no amplo movimento anti-colonial que culmina com o processo das independências políticas, primeiro na Ásia e depois na África, mas também nos combates populares contra as ditaduras latino-americanas. Em 1959, Fidel Castro entra em Havana: face ao bloqueio norte-americano, o apoio soviético é a alternativa para a sobrevivência da revolução cubana. Em 1960, nada menos que 16 países africanos conquistam a independência. Em

1962, dá-se a vitória da luta armada na Argélia... E já na década seguinte, o ano de 1975 assiste a uma cadeia de acontecimentos que mais e mais favorecem a penetração soviética: a revolução na Etiópia, a independência das colónias portuguesas, a retirada americana do Vietname... Até que, em 27 de Dezembro de 1979, ao invadir o Afeganistão, o Exército Vermelho tem a sua primeira intervenção directa fora do Pacto de Varsóvia e num país do Terceiro Mundo.

Esta sumária recapitulação tem apenas em vista lembrar aquilo que é uma evidência para qualquer observador: no quarto de século que vai de 55 a 79, a URSS quebrou o isolamento que até aí a caracterizava, e expandiu a sua influência na Ásia e no mundo árabe, na África negra e na América Latina. Como veremos, é provável que na actual década este processo de expansão tenha entrado em declínio. Seja como for, é preciso avançar num esboço de análise, distinguindo os vários níveis em que estas relações se processam (o político, o ideológico, o económico, o militar) e procurando detectar as linhas tendenciais da sua evolução.

A legitimação teórica

Em tese geral, pode dizer-se que as relações da União Soviética com o exterior são mais determinadas por razões políticas do que por motivações económicas. Ao contrário dos países de sistema capitalista, cuja presença político-militar é subordinada aos interesses económicos, a penetração da URSS no Terceiro Mundo é predominantemente política e só subsidiariamente económica. Isto não exclui, porém, que os interesses de mercado tenham um peso importante, aliás crescente, nas opções soviéticas quanto à escolha dos seus parceiros.

Se a consideração política é dominante, o quadro ideológico constitui um pressuposto fundamental para a compreensão do relacionamento. Na luta entre o socialismo e o capitalismo à escala mundial (uma luta que não cessa, mesmo em tempo de coexistência pacífica, pois há sempre lugar para a “competição” dos sistemas), a concepção soviética sublinha a aliança entre os países socialistas, os partidos comunistas dos países industrializados e o movimento de libertação do Terceiro Mundo. Nesses três pilares assenta o combate contra o imperialismo, estádio supremo do capitalismo. Daí o princípio segundo o qual os próprios países não alinhados são “aliados naturais” dos regimes socialistas.

Um subtil prolongamento desta teoria vai permitir identificar os interesses do Estado soviético com os interesses do socialismo. “Para apoiar o socialismo, há que apoiar o Estado soviético porque é socialista; para apoiar o Estado soviético socialista, há que apoiá-lo enquanto Estado; para o apoiar enquanto Estado, devem subordinar-se os interesses nacionais aos interesses do Estado soviético que transcendem aqueles visto que representam o socialismo realizado. Este círculo perfeito encerra toda a legitimidade ideológica, todo o capital político e moral da política internacional soviética” (Carmen Claudin, in *Afers Internacionals*, n.º 3 - 1984).

Semelhante legitimação teórica traduz-se, na prática, pela prioridade às razões de Estado na política externa da URSS. Mesmo quando é preciso sacrificar princípios. E aí o caso mais flagrante é, porventura, o da luta de libertação da Eritreia contra a anexação pela Etiópia, luta apoiada pela União Soviética até que vantagens geo-estratégicas a levaram a reprimi-la militarmente.

A prioridade às razões de Estado mais se reforça a partir do momento em que a URSS, uma vez conseguida nos anos 60 a paridade estratégica nuclear com os Estados Unidos, ambiciona desempenhar o papel de grande potência mundial. Num universo crescentemente bipolar, a União Soviética tem a tendência objectiva para afirmar a sua influência nos vários continentes e procurar pontos de apoio para o processo de expansão. Esta evolução política corresponde aliás a uma importante transição na natureza das forças armadas soviéticas, que deixaram de se limitar ao pesado exército terrestre a que acima fizemos referência, para se transformarem num poderio militar capaz de marcar presença em qualquer ponto do globo e dispor de notáveis meios aero-navais. Acrescente-se de resto que esta ultrapassagem do carácter continental e fechado do bloco soviético não apenas se traduz a nível militar, como ainda na frota pesqueira, uma das maiores do mundo.

A influência ideológica

Dentro das balizas assim definidas, a URSS vai aparecer aos olhos do Terceiro Mundo com não poucos motivos de prestígio: a tradição anti-colonialista, com raízes doutrinárias no marxismo e no leninismo; o auxílio diplomático e militar a alguns movimentos de libertação; a “aliança natural” com as forças nacionalistas anti-ocidentais.

Mais ainda, a URSS pode exhibir perante os países subdesenvolvidos os êxitos do seu próprio processo: em meio século, a atrasada Rússia transformou-se em grande potência mundial; o crescimento económico deve-se aos méritos da planificação central, da colectivização da economia e da opção pela indústria pesada. Daí decorre um modelo de desenvolvimento sedutor para muitos dirigentes do Terceiro Mundo: apropriação nacional dos recursos naturais, justamente pela nacionalização das principais fontes de riqueza em detrimento das companhias ocidentais, estatização da economia, enfim a célebre “via não capitalista” de desenvolvimento.

Países do Terceiro Mundo que assinaram tratados
de “amizade e cooperação” com a URSS (desde 1970)

Egipto (1971); Índia (1971); Iraque (1972); Somália (1974); Angola (1976); Moçambique (1977); Etiópia (1978); Vietname (1978); Afeganistão (1978); Iémen do Sul (1979); Síria (1980); Congo (1981); Granada (1982).

Alguns destes tratados foram mais tarde denunciados unilateralmente (Egipto, Somália, Granada); noutros casos, nomeadamente o Iraque, as relações têm sido oscilantes, passando por períodos de dificuldade.

Acrescente-se desde já que é notório o fracasso das tentativas por seguir esta “terceira via”. O modelo soviético tem-se mostrado inadequado para promover o desenvolvimento das sociedades agrárias nos continentes do Sul. A colectivização económica, o gigantismo dos projectos estatais, os ensaios de uma industrialização desadaptada, mais do que resolverem problemas têm criado outros maiores. Em África, por exemplo, o balanço da cooperação soviética é modesto, quando não negativo, seja pelos obstáculos na transferência de uma tecnologia apropriada, seja pelas dificuldades sentidas pelos técnicos do Leste europeu na compreensão da natureza das sociedades africanas.

Estes factos explicam, em parte, o relativo declínio da influência ideológica da URSS no Terceiro Mundo. Normalmente, o modelo chinês, com o seu processo bem característico de revolução camponesa, poderia ter sido uma importante fonte de inspiração para muitas transformações sociais no Terceiro Mundo. Todavia, os erros da República Popular da China em política externa impediram que essa influência se viesse a concretizar. O modelo soviético acabou por aparecer como a alternativa à dominação do capitalismo, sob forma colonial ou neo-colonial. A verdade porém é que os países progressistas que adoptaram essa orientação estão hoje a braços com graves bloqueios económico-sociais, enquanto procuram afanosamente novos modelos de desenvolvimento a partir das suas próprias realidades.

A fragilidade das alianças

Quando as circunstâncias históricas o propiciam, a URSS não se tem furtado a apoiar os regimes do Terceiro Mundo que perfilharam uma orientação socialista ou que radicalizaram as suas contradições com o Ocidente. É preciso reconhecer que em numerosos casos o auxílio soviético aparecia a esses regimes como a única possibilidade histórica de garantir a ruptura com os mecanismos de dominação e exploração. Face à agressividade das potências ocidentais, o apoio da URSS era sentido como a garantia da independência e da segurança. Contudo uma tal opção havia de revelar os seus custos, na medida em que implicava novas subordinações a interesses geo-estratégicos e a políticas de grande potência, nem sempre coincidentes com os reais interesses dos povos.

É difícil saber se alguma vez os dirigentes do Kremlin estabeleceram um qualquer plano global para a conquista de áreas de influência, ou se apenas foram oportunamente aproveitando os espaços que se abriam à sua penetração. Seja como for, há uma política concertada de materialização de alianças, para além do bloco, alianças cuja expressão institucional eram os tratados de “amizade e cooperação” ou outros acordos nos domínios económico e militar com países do Terceiro Mundo.

Este sistema de relações supõe obviamente vários graus. Mas em diversos casos, o auxílio soviético correspondeu a um factor decisivo para a sustentação dos regimes no poder. Segundo uma expressão curiosa, deu-se uma “transferência da tecnologia do poder”, através do apoio militar e policial a esses regimes. São conhecidas as situações de presença militar do Pacto de Varsóvia e de Cuba na Ásia e na África, como é conhecido o controlo de serviços policiais e de segurança por parte de Estados do bloco de Leste, nomeadamente a RDA e a Checoslováquia.

Todavia é um facto que as alianças assim estabelecidas têm revelado uma significativa fragilidade, sobretudo no continente africano. A influência soviética em países como o Gana, a Guiné-Conakry ou o Sudão nunca chegou a ser muito sólida mas sofreu uma diminuição considerável. Casos como o de Moçambique e da Guiné-Bissau são característicos de uma relação não linear, com altos e baixos. E outras situações análogas se poderiam referir. Mais sintomáticos são os casos de viragem espectacular de alianças: em 1972, o presidente egípcio Sadate pede a retirada de 20.000 conselheiros militares soviéticos e inicia a aproximação aos Estados Unidos; em 1978, a Somália de Siad Barre expulsa os soviéticos da

base de Berbera e entrega-a aos americanos, como resultado do conflito com a Etiópia.

Esta relativa fragilidade das alianças soviéticas com os países da periferia do campo socialista explica-se em grande parte pelo tipo de presença do bloco de Leste nestas sociedades. Os vínculos que se estabelecem são mais ideológicos e militares que económicos. Como veremos em pormenor, no domínio económico há níveis de penetração mas não existe verdadeira integração. A generalidade das economias dos próprios aliados da URSS continua profundamente dependente do capitalismo internacional.

Além de que as contradições políticas e os choques de interesses estratégicos geram a instabilidade social e chegam a provocar agressões externas contra os Estados sustentados pelo auxílio soviético. Mais ainda, os anos recentes viram proliferar o fenómeno da guerrilha, outrora forma de luta por excelência das causas de libertação dos povos, agora virada contra os regimes aliados da URSS. Uma guerrilha quase sempre apoiada do exterior mas com alguma base interna: desde os khmers vermelhos no Campuchea e a resistência no Afeganistão, até às lutas autonomistas na Etiópia, à UNITA e à RENAMO em Angola e Moçambique, e mesmo aos “contras” na Nicarágua.

Eis uma situação que certamente constituiu um verdadeiro quebra-cabeças para a política externa da URSS, com a agravante de que a actual agressividade norte-americana leva a uma prática de confrontação em todos os terrenos, na tentativa de os Estados Unidos recuperarem as faixas de hegemonia perdida. Neste quadro, os soviéticos procuram manter uma posição de força que lhes permita desempenhar um papel activo na resolução dos conflitos regionais (particularmente no Médio Oriente e na Africa Austral), mas não há dúvida sobre as presentes dificuldades do seu sistema de alianças na Ásia, na África e na América Latina.

Em suma, a influência soviética no Terceiro Mundo atravessa hoje uma múltipla crise: recuo ideológico, inadequação dos modelos de desenvolvimento, instabilidade social e vulnerabilidade às agressões nos países aliados, debilidade dos vínculos estabelecidos. Falta completar este breve panorama com a análise dos factores económicos.

Influência militar soviética em África

Presença dos países do Pacto de Varsóvia e/ou Cuba

Venda de armas, acordos, presença de conselheiros e de tropas, facilidades militares tanto aéreas como navais: Líbia, Etiópia, Angola.

Venda de armas, acordos, presença de conselheiros militares: Cabo Verde, Congo, Guiné-Bissau, Guiné-Conakry, Moçambique, São Tomé e Príncipe.

Venda de armas e presença de conselheiros militares: Argélia, Benin, Madagáscar, Mali, Tanzânia, Zâmbia.

Venda de armas: Guiné-Equatorial, Nigéria, Zimbabwe.

Facilidades militares navais: Moçambique, Seicheles.

(Segundo “L'Année Stratégique”, Paris 1984)

A dimensão económica

“O PCUS inspira-se na tese leninista de longo alcance segundo a qual nós influenciámos o processo revolucionário mundial principalmente através da nossa política económica”. São palavras do dirigente soviético Andropov, pronunciadas em 1982. Um desejo ou uma realidade?

Depois de termos condensado algumas reflexões sobre o relacionamento da URSS com o Terceiro Mundo quanto aos aspectos político e ideológico, trata-se agora de completar essa análise abordando os aspectos económicos, sabendo de antemão que são níveis inseparáveis de uma mesma projecção para o exterior. Vimos que as relações em causa, longe de serem lineares, foram evoluindo segundo um ritmo em três tempos (isolamento-expansão-crise) e que as alianças sucessivamente estabelecidas são marcadas por uma relativa fragilidade. Também as relações económicas entre a União Soviética e a Ásia, a África e a América Latina têm sido evolutivas e complexas, obrigando-nos a distinguir os diversos terrenos em que se desenrolam.

Quem chega a Cabinda, a província mais setentrional de Angola, encontra uma situação no mínimo paradoxal: o contingente cubano, equipado com armamento soviético, garante a defesa das instalações petrolíferas da multinacional americana Cabinda Gulf contra os ataques da UNITA, a qual por sua vez é apoiada por Washington. Este é porventura o caso-limite de uma realidade mais geral onde não faltam as contradições. Realidade a que aludimos acima, quando escrevíamos a propósito da presença do bloco de Leste nos países da periferia do campo socialista: “Os vínculos que se estabelecem são mais ideológicos e militares que económicos. (...) No domínio económico há níveis de penetração mas não existe verdadeira integração. A generalidade das economias dos próprios aliados da URSS continua profundamente dependente do capitalismo internacional”.

Penetração sem integração

Isto significa que, à excepção dos países que aderiram ao COMECON (Mongólia, Cuba e Vietname), a cooperação soviética não se traduziu em processos de integração económica avançada, nem sequer em apoios efectivos à construção de economias de tipo socialista.

Múltiplas razões são regularmente apontadas para explicar este facto:

- as dificuldades internas das economias da URSS em particular e do COMECON no seu conjunto, impedem uma dinâmica de expansão;
- o precedente dos pesados custos do auxílio a Cuba provoca sérias reticências quanto à repetição de experiências análogas;
- as disparidades tecnológicas dificultam a transferência e implantação de equipamentos em regiões tradicionalmente dependentes dos países ocidentais;
- a lentidão e a rigidez dos mecanismos de planificação económica não favorecem o incremento das relações nem a transformação das estruturas existentes;

- a não convertibilidade das moedas do Leste, designadamente do rublo, cria importantes obstáculos financeiros e comerciais.

De todas estas circunstâncias, cujo peso relativo é difícil avaliar, resulta a situação dualista a que acima fizemos referência: os aliados soviéticos do Terceiro Mundo, mesmo quando adoptaram uma clara orientação socialista, continuam estreitamente vinculados às economias ocidentais no que diz respeito aos empréstimos que pedem, aos produtos que vendem, aos equipamentos que compram, aos investimentos que permitem... A influência político-ideológica e estratégico-militar da URSS raramente corresponde a dependência económica ou a interligação estrutural. Os níveis de penetração existentes não bastam para constituir uma verdadeira integração.

A consequência é profunda: não existe, de modo alargado, o que se poderia designar por “campo económico socialista”, susceptível de integrar os países que buscam a ruptura com o sistema capitalista internacional. Abstraindo agora de qualquer juízo de valor sobre a natureza do socialismo na URSS, a verdade é que a União Soviética não teve historicamente a possibilidade de promover um espaço económico internacional capaz de integrar os regimes progressistas e de sustentar as políticas populares por eles tentadas. Os processos de libertação dos povos de África, Ásia e América Latina não têm alternativa para a dominação do mercado mundial.

Áreas prioritárias

Este quadro geral não impede que o progressivo relacionamento da URSS com o hemisfério sul tenha correspondido a um incremento do intercâmbio económico, o qual tem aumentado com regularidade, na linha da política de abertura ao exterior própria dos pós-estalinismo.

Da análise do relacionamento económico ressalta uma primeira característica que é a da sua concentração geográfica. Basta ver que em meados dos anos 70 cerca de metade das trocas comerciais da URSS com países do Terceiro Mundo exteriores ao COMECON (excluindo o comércio de armas) se concentrava em apenas quatro parceiros: o Egipto, a Índia, o Irão e o Iraque. O caso da Índia é característico, na medida em que 80% da siderurgia e 60% da indústria eléctrica da União Indiana funcionavam com equipamentos de origem soviética, números que provam até que ponto se tornou intensa a penetração do poderoso vizinho.

Mas este caso é também significativo de uma outra realidade. Numa primeira fase de expansão, as transferências de instalações e equipamentos industriais ocupavam lugar de relevo. De acordo com o modelo soviético de desenvolvimento, assente na indústria pesada, os grandes empreendimentos industriais tinham a primazia na busca de influência externa. Mais tarde, porém, verificou-se uma evolução no sentido de novas áreas prioritárias que passaram a ser a exploração mineira, as pescas e a agricultura.

Esta tendência manifesta-se de forma mais patente na África ao Sul do Sara, onde rareiam as fábricas e outros bens de equipamento de proveniência soviética – porventura devido às dificuldades da industrialização, especialmente no que

toca às indústrias pesadas, nessas sociedades – verificando-se em contrapartida uma penetração nos três referidos sectores.

É conhecido o apoio da URSS e de outros países do bloco de Leste a projectos agrícolas no Terceiro Mundo, não propriamente no sector camponês, mas quando estão em causa processos de mecanização nas grandes unidades estatais; é igualmente conhecida a frequência de acordos de pesca que permitem o acesso às águas territoriais da imponente frota pesqueira soviética, praticando aquilo que muitos consideram verdadeira pilhagem, até porque o método utilizado de pesca por sucção é tido por devastador das espécies piscícolas. Menos conhecido, talvez, é o crescente interesse dos países socialistas pelos projectos de exploração mineira, o que se prende com o importante problema das matérias-primas.

Matérias-primas

Antes de mais, importa não esquecer que a URSS é o primeiro produtor mundial de minerais não energéticos, extraído da terra, só à sua conta, 21 % do total mundial desses produtos. A sua quase auto-suficiência em matérias-primas coloca-a num lugar à parte, em contraste com as restantes potências industriais. A União Soviética apenas depende do fornecimento exterior quanto a meia dúzia de minerais (bauxite, antimónio, estanho, tungsténio e molibdeno).

Daí que o seu acesso a fontes externas de matérias-primas não seja para ela uma questão estratégica vital, como o é para a Europa Ocidental e mais ainda para o Japão.

O mesmo já não acontece com os restantes países do COMECON que têm visto agravar-se a sua dependência do Terceiro Mundo para o abastecimento em produtos energéticos e minerais. Seja por esta razão, seja porque o sector mineiro aparece como o sucedâneo possível da indústria pesada em países subdesenvolvidos, a verdade é que nos últimos anos se tem intensificado a presença soviética nesse sector. Segundo estudos documentados, só entre 1977 e 1979 os países socialistas concluíram vinte e um acordos de exploração geológica e mineira na África negra. Mais em geral, encontramos hoje a sua assistência em refinarias de petróleo da Colômbia, Egipto, Etiópia, Índia, Iraque, Mauritânia e Síria; na produção de gás natural no Afeganistão, Irão, Paquistão e outros; em minas de fosfato no Iraque, Síria e Marrocos; na extracção de ferro no Afeganistão e Índia; nas minas de bauxite e na fabricação de alumínio na Argélia, Costa Rica, Egipto, Guiné, Guiné-Bissau, Indonésia, etc; na extracção de chumbo, zinco e outros metais no Afeganistão, Argélia, Congo, Mali, Índia, Somália, etc. Outros estudos revelam, por exemplo, o papel decisivo que os soviéticos têm desempenhado na prospecção do subsolo e na exploração mineira em Moçambique. E neste breve quadro de conjunto tem de destacar-se o acordo soviético-marroquino, assinado em Março de 1978, relativo à extracção de fosfatos, por vezes definido como o “negócio da década”: o aproveitamento da jazida de fosfatos de Meskala, num plano global que prevê investimentos da ordem dos 2.000 milhões de dólares, a troco de a URSS ver garantido por 30 anos o fornecimento de fosfatos, essenciais para a produção de adubos e fertilizantes.

Em síntese, poderá afirmar-se que o relacionamento económico da URSS com o Terceiro Mundo tem uma dupla caracterização. Por um lado, está geograficamente concentrado, sem prejuízo da multiplicação de parceiros menores. Por outro lado, evolui da prioridade ao fornecimento de equipamentos industriais para novas áreas prioritárias, as chamadas actividades primárias: agricultura, pescas e minas.

Trocas comerciais

No multiforme campo das relações económicas tem evidentemente relevo o problema das trocas comerciais. Nesse domínio, uma primeira constatação, algo surpreendente, é a do reduzido volume do comércio entre a URSS e os países afro-asiáticos e latino-americanos.

É verdade que se tem verificado, em termos absolutos, um aumento regular das trocas comerciais União Soviética-Terceiro Mundo, mas a sua importância relativa tem diminuído na globalidade do comércio externo da URSS. Mesmo alargando esta análise para o conjunto dos países do bloco de Leste, conclui-se que o somatório das suas trocas com a Ásia, África e América Latina é claramente marginal, quer em relação ao comércio mundial, quer aos fluxos de importação-exportação do Terceiro Mundo. Por exemplo, durante o período de 1976 a 1980, as trocas comerciais Leste-Sul apenas representaram 1,3 % das trocas mundiais e 4,6 % do comércio total dos países desses três continentes. Nesse mesmo período, a soma das trocas comerciais (importações mais exportações) entre a URSS e os seus principais dez parceiros do Terceiro Mundo atingia estes montantes em milhões de dólares: Cuba 27.651, Índia 7.504, Iraque 6.281, Mongólia 5.359, Irão 3.671, Vietname 3.460, Argentina 3.388, Coreia do Norte 3.029, Egipto 2.965, Afeganistão 2.049.

Para além deste fraco nível quantitativo das trocas, será interessante referir a sua natureza. Existe uma ideia feita segundo a qual o comércio externo da URSS teria uma estrutura deste tipo: do Ocidente, importação de tecnologia e de cereais; quanto ao Terceiro Mundo, importação de matérias-primas, contra exportação de bens de equipamento e de armas.

Durante uma primeira fase, foram estes de facto os grandes traços do relacionamento comercial da União Soviética com o exterior. Mais recentemente, porém, algumas alterações vieram modificar aspectos importantes do cenário. O embargo parcial da venda de cereais americanos, imposto já no tempo do Presidente Carter, fez desviar essas importações para a Argentina, transformando este país num dos maiores parceiros da URSS, não obstante o regime político ditatorial que então ali vigorava. Por outro lado, e em correspondência com a deslocação de áreas prioritárias acima referidas, verificou-se uma forte diminuição da quota de máquinas e peças sobressalentes nas exportações soviéticas para o Terceiro Mundo, mercê sobretudo da quebra de concorrenciaisidade desses produtos no mercado internacional. Em contrapartida, a URSS aumentou a sua capacidade de exportar matérias-primas e combustíveis, outro facto que contribuiu para a modificação do esquema tradicional do seu comércio externo.

Um último sector das trocas com o hemisfério sul merece ser destacado pela sua especial importância: o comércio de armas.

Comércio de armas

Os dados conhecidos atestam que a União Soviética se coloca sem dúvida em primeiro lugar como exportador de armas para o Terceiro Mundo. Estatísticas dos últimos 20 anos comprovam que as duas superpotências dividem entre si a parte de leão na venda de armamentos, negócio rendoso que é também factor decisivo de influência política. Apesar da recente quebra das exportações – fruto da recessão mundial e da saturação de alguns mercados – o volume de vendas contabiliza-se à escala dos milhares de milhões de dólares. Este comércio é vital para a URSS. Estimativas apontam para um lucro anual da ordem dos 1500 milhões de dólares (qualquer coisa como 220 milhões de contos), o que lhe permite equilibrar o défice da sua balança comercial.

Em contraste com os Estados Unidos, que têm três vezes mais compradores de armas que a URSS, esta vende armamento a um número relativamente limitado de países, verificando-se também aí o princípio da concentração geográfica. Mais de 80% das suas exportações de material bélico são destinados a uns poucos países do Médio Oriente e da África do Norte – Síria, Líbia, Iraque, Argélia... Não é pois difícil concluir que um pequeno número de países recebe uma grande quantidade de armamento.

Como era de prever, dadas as incidências político-estratégicas, o fornecimento de armas soviéticas, ao contrário das restantes trocas comerciais, rege-se por critérios eminentemente políticos e destina-se quase em exclusivo a países com afinidades ideológicas. A venda de equipamentos militares tomou-se assim para a URSS uma fonte preciosa de divisas e um trunfo geopolítico de primeira grandeza.

Assistência técnica e cooperação

Um outro capítulo a que importa fazer referência é o da cooperação económica. Além dos interessantes critérios adoptados para a política de créditos, a cooperação soviética com o Terceiro Mundo não tem praticamente equivalente àquilo que no Ocidente é designado por “ajuda pública ao desenvolvimento”. Quer dizer, os donativos financeiros da URSS aos países mais pobres são insignificantes e não a vemos participar nas frequentes reuniões em que delegações governamentais se comprometem a financiar projectos de desenvolvimento.

O auxílio através de créditos

“O capítulo de longe mais importante na ajuda soviética é constituído pelos créditos. A URSS foi o primeiro país a oferecer créditos a baixa taxa de juro aos países do Terceiro Mundo, mas créditos ligados, quase sem excepção, à compra de equipamentos soviéticos.

Pode distinguir-se dois tipos de créditos: 1) os créditos de cooperação económica, concedidos pelo

Estado, sobretudo para projectos “chave-na-mão”: são créditos em espécie; 2) os créditos comerciais que a URSS situa ao nível de auxílio porque favorecem o desenvolvimento económico do país beneficiário, geralmente para a compra de materiais, equipamentos e máquinas, e concedidos por empresas de import-export”. (Yann Mayer, “Tendenze e obiettivi dell’aiuto”, *Politica Internazionale*, Março 1984).

Inversamente, a União Soviética investe fortemente no envio de técnicos para os continentes do sul, em especial os que vão prestar assistência aos empreendimentos financiados pelos empréstimos concedidos. Já em meados dos anos 60, se contavam mais de 16.000 técnicos soviéticos no Terceiro Mundo. Se alargarmos este número ao conjunto da Europa do Leste, vemos que ele é ainda mais significativo e que tem registado uma espectacular progressão: 45.000 técnicos em 1976, 72.000 em 1978.

Da mesma maneira, a URSS atribui grande importância ao auxílio à formação de quadros, actividade sensível pela irradiação ideológica que permite. Calcula-se que, por ano, frequentem as instituições soviéticas como bolseiros 24.000 estudantes do Terceiro Mundo, muitos deles concentrados na célebre Universidade Patrice Lumumba em Moscovo.

Estes vários aspectos da política de cooperação remetem para uma questão mais geral que é a da posição soviética relativamente aos esforços por instaurar uma ordem económica internacional mais justa. Como é sabido, a URSS tem-se recusado persistentemente a participar de forma activa no chamado diálogo Norte-Sul. Invocando que não é co-responsável pela exploração colonial praticada pelas potências ocidentais, nem pelas distorções económicas do mercado mundial, ela tem ficado à margem de todas as negociações em torno da nova ordem económica internacional.

Tal posição tem sido mal acolhida pela generalidade dos países subdesenvolvidos, que esperam da URSS um papel mais interveniente na correcção dos desequilíbrios mundiais. Basta ver que a Cimeira dos Não-Alinhados em Nova Deli (1983) renovou o insistente apelo aos países do COMECON para que integrem os organismos financeiros internacionais e apoiem activamente a construção de um novo ordenamento das relações económicas a nível mundial.

Conclusão

No vasto panorama das relações económicas URSS-Terceiro Mundo tentámos não omitir nenhum domínio fundamental, obrigando a tratar sumariamente cada um deles. Mesmo assim, é possível resumir as principais conclusões.

Não obstante ser a segunda maior potência entre os países industrializados, a União Soviética não tem uma projecção económica comparável à sua influência político-militar. A natureza dessa projecção, por outro lado, não proporciona o fenómeno da integração, nem tem paralelo com a das grandes potências capitalistas e os seus mecanismos específicos de dominação económica (dívida externa, multinacionais...). Mas a URSS beneficia do sistema de trocas desiguais no mercado mundial, que favorece o mundo industrializado em detrimento dos países subdesenvolvidos do sul. Designadamente o comércio de armas tornou-se o instrumento privilegiado para garantir a sua supremacia político-militar e económica em regiões-chave. A escolha dos parceiros económicos obedece a

critérios predominantemente políticos, levando também à concentração geográfica, mas as necessidades pragmáticas conduzem a um crescente peso do critério das vantagens puramente económicas. Essas vantagens parecem centrar-se, além da exportação de armamento, na exploração geológico-mineira, nos grandes projectos agrícolas e nos acordos de pesca. Por último, a cooperação soviética com o Terceiro Mundo concretiza-se na concessão de créditos em condições favoráveis, no envio de técnicos e na formação de quadros, sem que haja lugar para a ajuda pública em meios financeiros nem para o empenho nas instituições em que se estabelece o diálogo Norte-Sul.